

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.804 - RJ (2019/0264938-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA
ADVOGADOS : MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO - RJ017783
MELISSA ROCHA SOARES - RJ094443
JULIA ELMÔR DA COSTA - RJ141148
ALINE MORANDI - RJ189321
ANTÔNIO JORGE SOUSA - RJ196955
EDUARDO PEREIRA GONÇALVES JUNIOR - RJ165881
MAYARA BARROSO NICOLAU - RJ182284
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 29/06/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 24/07/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Registre-se que a Corte Especial, por maioria, acolheu a questão de ordem para reconhecer que a tese firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.813.684/SP é restrita ao feriado de segunda-feira de carnaval e não se aplica aos demais feriados,

Superior Tribunal de Justiça

inclusive aos feriados locais (QO no REsp 1813684/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2020, DJe 28/02/2020).

Ainda, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo, Dr. Rafael Duarte Neves, e à subscritora do recurso especial, Dra. Aline Morandi.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que o substabelecimento juntado à fl. 545 não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes aos subscritores dos recursos.

Registre-se que a petição protocolada posteriormente, às fls. 549/554, não pode ser conhecida para o fim a que se destina, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa com a apresentação da petição de fls. 543/546. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente